

Ulysses quer votar logo consensos

Idéia do "bolo constitucional" depende da unanimidade dos líderes

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, pretende reunir, e votar, em um único pacote, que ele chamou de "bolo constitucional", todas as matérias consensuais existentes no projeto de Constituição. Essa proposta, ele a fará às lideranças partidárias e, para seu sucesso, é necessário que ninguém discorde.

Um aliado, Ulysses Guimarães já tem. Ontem, à tarde, o deputado Amaral Netto, líder do PDS, levou a ele um levantamento feito por sua assessoria, que aponta, na melhor das hipóteses, a data de 4 de julho para promulgação do texto constitucional. Na menos otimista, o prazo fixado é 12 de fevereiro de 1989.

E Amaral Netto não computou, para as conclusões apresentadas ao presidente da Constituinte, "qualquer tempo para as questões de ordem, obstruções, votações duplas (buracos negros) ou falta de quorum". Não previu, também, ressaltou, "reclamações ou ocasionais atrasos nas votações, na base máxima de 15 minutos cada uma". Nem as convenções, nem as campanhas municipais.

No primeiro quadro do documento apresentado pelo líder do PDS, a data "para promulgação do texto constitucional, com oito horas de trabalho por dia, de segunda-feira a sábado, é de 12 de fevereiro de 1989. Isso, se forem votados todos os destaques (3.354), já que cada constituinte tem direito de apresentar até seis deles, além de quatro emendas.

O segundo quadro, este considerando a possibilidade de que apenas 50 por cento dos destaques sejam votados, indica a data de 4 de novembro deste ano. Apenas para o encaminhamento das votações dos

destaques (1.677) prevê-se o prazo de 87 dias.

O último, e o mais otimista dos quadros apresentados, aponta a data de 4 de julho de 1988 para conclusão dos trabalhos da Constituinte, considerando a votação, no caso, de apenas um terço dos destaques. Seriam necessários, por essa hipótese, 156 dias para votação de todo o projeto.

Ulysses Guimarães, naturalmente, ficou preocupado, ele que vem falando — e até usou esse argumento para se colocar contra a inversão da pauta, quando seriam votados, primeiramente, o sistema de governo e o mandato do presidente José Sarney — em seis semanas para conclusão dos trabalhos da Constituinte.

A primeira providência de Ulysses será reunir sua assessoria — o que deverá acontecer já hoje de manhã, para analisar os dados apresentados por Amaral Netto, que contrariam a visão otimista do presidente da Constituinte, para quem a Constituição poderia ser promulgada dentro de, no máximo, dois meses.

Pelo visto, não será. O número de destaques e emendas e a vaidade natural dos constituintes não aconselham a visão otimista de Ulysses Guimarães, embora a idéia de se fazer um "bolo constitucional não tenha sido recebida com má vontade. Ao contrário, muita gente viu com bons olhos.

De mais a mais, os próprios grupos existentes na Constituinte — Centrão, Centríno e Grupo dos 32 — já vêm, há algum tempo, levantando todos os pontos passíveis de entendimento, além, claro, dos itens em torno dos quais não é possível acordo. A idéia de Ulysses pode ser uma saída, pelo menos para reduzir o pessimismo, ou realismo, de Amaral Netto.

EUGENIO NOVAES



Frênta a frênta, o Grupo dos 32 e o Centrão negociaram propostas para uma revisão das fórmulas

Amaral prevê Carta só para fevereiro de 89

As datas nacionais dos Estados Unidos, da França e do Brasil podem coincidir com a promulgação da futura Constituição. A previsão é do líder do PDS, e um dos coordenadores do Centrão, deputado Amaral Netto, em documento entregue ontem ao presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães que, preocupado, prometeu estudar o levantamento.

Pela avaliação da assessoria do líder pedessista, a nova Constituição só estaria pronta a 4 de julho, 14 de julho ou 7 de setembro. Uma outra hipótese registrada seria no dia 12 de fevereiro de 1989, que o próprio Amaral Netto considera "exagerada".

No ofício ao presidente da Constituinte, Amaral "em nome da bancada do PDS e, na qualidade de líder do partido e um dos coordenadores do Centrão", coloca-se à disposição de Ulysses Guimarães "para apoiar qualquer fórmula ou acordo de interesse nacional, que abrevie os prazos previstos". Segundo o líder pedessista, "trata-se de legítima aspiração popular e compro-

misso inalienável com o povo brasileiro".

No levantamento da liderança do PDS o menor prazo, com trabalhos da Constituinte de oito horas por dia, inclusive sábados e feriados normais, foi de 156 dias. Na segunda hipótese, 233 dias e, na primeira, 380 dias. Amaral Netto esclareceu que não computou qualquer tempo para questões de ordem, obstruções, votações duplas ou falta de quorum. Não previu, inclusive, reclamações ou ocasionais atrasos nas votações, na base máxima de 15 minutos cada uma. Não previu, também, as convenções e campanhas municipais e nem o tempo que será utilizado pela comissão de filólogos para a revisão final do futuro texto constitucional.

As três hipóteses para a promulgação da nova Constituição partem do dia 27 deste mês — início dos trabalhos em plenário, com o novo regimento interno.

O primeiro quadro, que o próprio Amaral Netto considera "exagerado", aponta o dia 12 de fevereiro do próximo ano para a promulgação, sem contar o

prazo previsto para a comissão de redação final. Seriam 15 horas para o encaminhamento de novos títulos por 13 líderes e o relator; 1.397 horas para encaminhamento de votação (seis destaques para 559 constituintes); 888 horas para votação em 1º turno (15 minutos por destaque); e mais sete dias para o parecer do relator — 1º turno. Com outros cálculos no segundo turno, com votação da média de 559 emendas, dá o total de 380 dias.

O segundo quadro, no mesmo processo, dá o total de 233 dias, com promulgação provável no dia 4 ou 7 de setembro próximos; e no terceiro quadro, promulgação prevista a partir do dia 4 de julho.

O líder em exercício do PT, deputado José Genofino (SP), tomando conhecimento da avaliação da liderança do PDS, comentou com Amaral Netto: "Você está muito otimista". Na opinião do líder pedessista, o PDT, PSB, PDC, PC do B e o PT deverão obstruir a votação, na tentativa de evitar a aprovação das propostas do Centrão — o que poderá retardar a conclusão de forma imprevisível.

Grupo dos 32 abre mão da estabilidade

Na negociação em torno da estabilidade, o grupo dos 32 recuou e aceitou um texto que prevê indenização ao trabalhador demitido arbitrariamente ou sem justa causa. A proposta foi levada ontem aos coordenadores do Centrão, do qual depende, agora, um acordo com os parlamentares liderados pelo senador José Richa (PMDB-PR) para um dos temas mais polêmicos na Constituinte. Hoje, o Centrão consultará informalmente seus integrantes a respeito das alternativas apresentadas para os pontos sobre os quais há maior divergência, e a partir do resultado "baterá ou não o martelo", como informou o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA).

Os dois grupos realizaram nova reunião ontem à noite. A partir de um levantamento das diferentes propostas em jogo, concluíram, segundo a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que 60 por cento do texto da Comissão de Sistematização irão prevalecer. O Centrão e o grupo dos 32 poderão fechar um acordo em três etapas. Na primeira, poderá surgir uma emenda, com 500 assinaturas, com os artigos que obtêm a concordância de todos. Na segunda, constituintes de ambos os movimentos se juntarão para apoiar algumas sugestões que não têm o aval integral de cada grupo. A terceira etapa prevê uma tentativa de ajustar as divergências surgidas na comparação das emendas.

Na questão da estabilidade, o grupo dos 32 encampa a seguinte redação: "relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma da lei, que assegurará indenização compensatória, majorada quando a despedida ocorrer nos dois primeiros anos do contrato de trabalho". Já o texto do Centrão prevê "estabilidade no emprego após doze meses, mediante garantia de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviço prestado, nos casos de demissão sem justa causa e nos casos de força maior de indenização na forma da lei". Tinoco ontem mostrou a dificuldade de o Centrão aceitar nova redação, alegando que esta "foi objeto de muita negociação interna".

O maior número de discordâncias entre o grupo dos 32 e o Centrão, segundo Sandra Cavalcanti, refere-se aos direitos trabalhistas. Mas para o senador Virgílio Távora (PDS-CE), também do grupo dos 32, o problema ocorre mais na parte relativa à Ordem Econômica. Com o Centríno, na avaliação de Sandra, não há dificuldades: nove propostas apresentadas por ele foram incorporadas pelo grupo dos 32, no substitutivo intitulado Hércules IV.

Entre os pontos de consenso com o Centrão acertados ontem pela manhã, de acordo com a deputada, estão: licença-gestante com duração de 120 dias sem prejuízo do emprego e da remuneração, pagamento de no mínimo 50 por cento para a hora extra, e não prescrição do direito de reclamar em prazo inferior a cinco anos, contados da data da lesão do direito originário da relação de emprego, salvo extinção de contrato de trabalho, quando esse prazo não poderá exceder a dois anos a partir da extinção.

Estas idéias foram apoiadas pelos coordenadores do Centrão, mas a resposta definitiva do grupo ainda não foi dada. Segundo Eraldo Tinoco, as conversas estão muito avançadas, há convergência em 95% do texto, e "o aspecto político de como fazer o casamento das propostas é mais complicado do que o técnico". O deputado balano acrescentou que nenhum dos dois grupos aceitará "qualquer coisa que pareça que um se integrou ao outro".

Pauta só sai com a CPI

As lideranças partidárias na Câmara não conseguiram entrar em acordo, ontem, para organizar a pauta do período extraordinário. Os líderes do PT, PSB, PCB, PC do B comunicaram ao líder do PMDB deputado Ibsen Pinheiro, que só organizariam a pauta se incluída a proposta do vice-líder do

PDT, Vivaldo Barbosa, de criação de CPI mista de deputados e senadores, para investigar as denúncias de "massacre" de garimpeiros em Serra Pelada.

O líder do PMDB só responderá às cúpulas dos partidos de esquerda após consultar a bancada partidária do Pará, e líder do PFL, José Lourenço.